"SEUS CORPOS VÃO FALAR DE SUAS IDENTIDADES": DISCURSOS DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL FACE ÀS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

"THEIR BODIES WILL REVEAL THEIR IDENTITIES": DISCOURSES OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION PROFESSIONALS IN THE FACE OF RACE AND ETHNIC RELATIONS

Gisele Romildes Maçaneiro[1]
[https://orcid.org/0000-0002-7530-2674]

Cyntia Bailer[2]
[https://orcid.org/0000-0002-9049-8003]
DOI: 10.30612/raido.v15i37.14662

RESUMO: Este artigo reporta um recorte de uma pesquisa de mestrado defendida em um Programa de Pós-graduação em Educação que tem como base a discussão da educação para as relações étnico-raciais. A partir de análise bibliográfica e coleta de dados com questionário realizado com profissionais da Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Florianópolis (SC) via e-mail, que trabalharam com crianças haitianas no ano letivo de 2020, busca-se investigar os discursos dessas profissionais perante relações étnico-raciais naturalizadas no interior das instituições de educação infantil face à presença de crianças negras e imigrantes. Como resultados, os dados revelaram a presença do mito da democracia racial atrelado de forma naturalizada em ambientes educativos na sociedade brasileira bem como a invisibilização do diferente, tendo por base nas instituições um trabalho diante do padrão eurocêntrico e embranquecido abafando identidades de crianças negras e imigrantes, trazendo à tona a necessidade de formação docente diante das relações étnico-raciais, da diversidade e da diferença como princípio norteador para iniciar as transformações necessárias ao que está posto e enraizado historicamente.

Palavras-chave: Educação infantil. Relações étnico-raciais. Crianças haitianas. Formação docente.

ABSTRACT: This article reports part of a master's research study defended in a Graduate Program in Education that is based on the discussion of education in the face of race and

1 Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB) (2021). Bolsista UNIEDU (Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina) durante a execução do trabalho aqui apresentado. Professora na Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF). Contato: gisele.macaneiro@prof.pmf.sc.gov.br. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7530-2674.

2 Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Santa Catarina. Docente no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Educação da FURB. Contato: cbailer@furb.br. Orcid: http://orcid.org/0000-0002-9049-8003.

ethnic relations. Based on bibliographic analysis and data collection with a questionnaire carried out with early childhood education professionals from the Municipality of Florianópolis, state of Santa Catarina, Brazil, through e-mail, who worked with Haitian children in the 2020 school year, we seek to investigate these professionals' discourse in the face of race and ethnic relations that seem to be naturalized inside early childhood education institutions with the presence of black and immigrant children. As results, the data revealed the presence of the myth of racial democracy tied, in a naturalized way, to educational environments in the Brazilian society as well as the invisibility to the different, based on the institutions' work in the face of an Eurocentric and whitened standard, suppressing such black and immigrant children's identities, bringing to light the need for teacher education related to racial and ethnic relations, diversity and difference as guiding principles to initiate the necessary changes to what is historically rooted.

Keywords: Early childhood education. Race and ethnic relations. Haitian children. Teacher education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta um recorte de uma pesquisa defendida em um Programa de Pós-graduação em Educação que tem por objetivo investigar os discursos de profissionais da educação infantil da rede de ensino municipal de Florianópolis face à presença de crianças haitianas, ou seja, negras e imigrantes, no interior dessas instituições de educação infantil. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que procurou evidenciar a análise de microprocessos com o estudo de ações individuais e em grupo, diante da obtenção de dados descritivos (GODOY, 1995; MARTINS, 2004).

A pesquisa foi realizada no ano de 2020 no contexto da pandemia mundial de COVID-19, com a suspensão das atividades escolares presenciais como medida de contenção do vírus que se prolifera principalmente pela aglomeração de pessoas e contato físico. Inicialmente, a pesquisa de cunho etnográfico precisou ser alterada para se tornar exequível no período destinado ao término do mestrado. Como possibilidade para sua conclusão se utilizou de questionários enviados às profissionais da Educação Infantil via e-mail.

Considerando o crivo ético que toda pesquisa que envolve seres humanos precisa passar, esta pesquisa tem por fundamentos o "[...] respeito à pessoa, ao conhecimento, respeito aos valores democráticos, respeito à qualidade da pesquisa educacional e respeito à liberdade acadêmica" (MAINARDES, 2017, p. 167). Deste modo, a presente pesquisa foi avaliada pelo Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos da universidade e obteve aprovação em 21/02/2020, sob o parecer nº 3.852.941. Dessa forma, em consonância com os princípios éticos, para manter a identidade das profissionais desta pesquisa em anonimato, os nomes utilizados são nomes fictícios, escolhidos pelos próprios participantes do estudo. Assim, demonstra-se o cuidado ético do pesquisador para o bem estar do participante e garantia de seus direitos.

Segundo Gil (2008), a utilização de um questionário em uma pesquisa precisa ter por eficácia a tradução dos objetivos do estudo, que pode em sua utilização contar com a vantagem de atingir um grande número de pessoas simultaneamente, mesmo que estejam dispersas geograficamente, bem como como na impossibilidade de contato físico, como ocorreu com este estudo em decorrência da pandemia de COVID-19. No entanto, o uso de questionários oferece também desvantagens diante da impossibilidade

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 15 | n. 37 | p. 297 – 310 | jan/abr 2021

de ajudar o participante em questões mal compreendidas e assim não ter retornos ou retornos sem respostas completas e coerentes. Tais contratempos foram sentidos nesta pesquisa, mas mesmo diante destes se obteve ainda um número importante de dados a serem discutidos.

Nesse contexto, cinco instituições de educação infantil participaram do estudo. Essas cinco instituições foram escolhidas por terem crianças haitianas matriculadas no ano de 2020. Trinta profissionais aceitaram responder ao questionário enviado por e-mail. Entre essas trinta profissionais, há participantes autodeclaradas racialmente entre negras, brancas ou como nada consta. Em relação ao tempo de atuação na educação infantil, há profissionais com experiência entre um ano e trinta anos. Em relação à sua formação, há profissionais com graduação, especialização e mestrado. E em relação à formação sobre as relações étnico-raciais, há profissionais com algum tipo de formação e também profissionais que nunca tiveram a oportunidade de participar de alguma formação sobre esta temática.

Considera-se relevante destacar que somente nestas cinco unidades o número total de crianças haitianas matriculadas no ano letivo de 2020 era de 41 crianças e que segundo a Gerência de Formação Continuada (GFC) da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) às pesquisadoras, o número total de crianças haitianas matriculadas em 2020 na Educação Infantil é de 56 no total. Dessa forma, trata-se de uma demanda relevante para se refletir e debater em pesquisas quanto à visibilização ou invisibilização dessas crianças nas unidades de educação infantil, considerando que são crianças negras e imigrantes, provenientes de um país historicamente assolado em crise e carregado de estereótipos desde sua colonização.

Para compreender como os haitianos chegaram à Florianópolis, é preciso conhecer um pouco da história de seu país de origem. O Haiti é uma ex-colônia francesa riquíssima que gerou muita abastança à França e por meio de uma revolução transformou ex-escravos, negros, analfabetos e descendentes de africanos em grandes heróis, comandantes, chefes de estado, libertos e independentes. Esses indivíduos subalternizados, segundo Scamaral (2006), cansados das atrocidades sofridas por uma escravidão que os colocou como sujeitos selvagens e incivilizados, conseguiram diante da vitória nesta revolução uma inversão da ordem estabelecida perante negros e escravos, algo inimaginável aos colonizadores. Munidos sob ideais da revolução francesa (liberdade, igualdade, fraternidade e independência), no Haiti escravos começaram uma revolução e em 1804 diante da vitória sob o exército de Bonaparte líderes negros proclamaram a independência do Haiti.

Alguns pontos pós-revolução precisam ser apresentados para se entender como uma colônia, da mais produtiva, se transformou em um país tão pobre, como: disputas internas, indenização à França, autoritarismo, golpes e corrupção por parte de seus governantes, intervenções militares estrangeiras e desastres naturais (terremoto 2010 e dois furações em 2012), fizeram do Haiti um país de imigração forçada com uma profunda crise econômica e social que assolou o país e fez sua população buscar outros países para um recomeço (JAMES, 2000; MAGALHÃES, 2015).

As razões que deram início ao fluxo migratório do Haiti para o Brasil são imprecisas, mas algumas hipóteses podem ser levantadas. Segundo Magalhães (2015), a presença do exército brasileiro na força de paz no Haiti e as oportunidades de trabalho

com obras para a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016 e a construção de hidrelétricas. O processo de chegada ao Brasil, na maioria das vezes, se dava pela fronteira norte do país (Amazonas e Acre). A vinda dos haitianos para Santa Catarina inicialmente se deu por uma forte atuação de três empresas catarinenses (Multilog, Ambiental e Embrasul), no recrutamento e contratação de força de trabalho, que inicialmente chegaram ao Vale do Itajaí, mas depois esses imigrantes se espalharam pelo estado vindos em grande número para Florianópolis. Esses trabalhadores haitianos, ao se assentaram em uma região e em um emprego, logo tinham como objetivo trazer do Haiti demais membros de sua família e assim seus filhos passaram a fazer parte da demanda educacional.

Além das dificuldades de colocação no mercado de trabalho, os imigrantes haitianos deparam-se com discriminações raciais, sociais, linguísticas, religiosas e até xenofóbicas, no sentido de que vêm de um país subdesenvolvido. Assim, as crianças haitianas (negras e imigrantes) em ambientes educacionais se deparam com instituições marcadas por uma cultura marcada pela imposição europeia do homem branco, que tem sido o modelo e o padrão na sociedade desde a colonização do Brasil, ou seja, um país multicultural e multirracial embasado em uma cultura monocultural e monorracial que não considera a todos tanto imigrantes haitianos quanto seus próprios nativos.

Partindo do pressuposto de que a luta por uma sociedade igualitária e democrática é dever de todos e não somente uma luta de grupos racialmente e etnicamente excluídos, as pesquisadoras autodeclaradas brancas pretendem neste artigo se debruçarem a falar sobre o racismo diante dos discursos presentes nas respostas ao questionário, mesmo sem sofrerem tal tipo de racismo. As pesquisadoras se embasam em estudiosos da área, pois o engajamento na luta antirracista deve ser feito por todos, inclusive por brancos que precisam reconhecer seus privilégios, assim como a injustiça e a opressão a que grupos sociais marginalizados são submetidos diante da branquitude imposta a esta sociedade. O ensino nas escolas revela um currículo embranquecido, baseado na revolução de brancos: a Revolução Francesa diante da continuidade de um padrão educacional estabelecido na cultura eurocêntrica, não dando visibilidade a uma revolução de negros, por exemplo.

Para Ribeiro (2019), o reconhecimento do racismo como um sistema que estrutura a sociedade e desta forma também instituições de educação é o começo para a consciência de que se vive num perverso sistema racial e que assim se deve lutar sempre por mudanças. Desta forma, torna-se de extrema relevância discutir uma educação infantil pautada na diferença e na diversidade, que procure romper com padrões eurocêntricos e embranquecidos ainda tão presentes e naturalizados na sociedade e em ambientes educativos. Pensar em uma educação antirracista parte do princípio da visibilização e do reconhecimento ao diferente, compreendendo que não conseguimos valorizar o que não conhecemos e, desta forma, repensar a formação docente de faz necessário e urgente.

1. AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A NATURALIZAÇÃO HISTÓRICA DE PADRÕES EUROCÊNTRICOS E EMBRANQUECIDOS

As relações étnico-raciais estabelecidas na sociedade são representações dos padrões históricos estabelecidos por meio de uma cultura eurocêntrica e embranquecida. Portanto, sua compreensão precisa remontar passos e situações históricas que levaram

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 15 | n. 37 | p. 297 – 310 | jan/abr 2021

à constituição de uma sociedade racista, preconceituosa, discriminatória e desigual diante de grupos não identificados nesses padrões naturalizados socialmente e, portanto, afetam também as estruturas de padrões nas instituições de educação infantil.

Pensar no desenvolvimento de crianças inseridas em uma sociedade onde o racismo é perpetrado sistematicamente envolve refletir sobre como o educador com interações positivas pode contribuir para mudanças com ênfase a uma educação antirracista, principalmente ao considerar que as crianças não nascem fundadas no preconceito que é estabelecido por meio de interações sociais negativas diante da identidade racial, étnica e da diferença estabelecida em cada uma. Pensar na criança como sujeito ativo na sociedade com suas identidades dentre cultura, língua, raça, cor, posição social e etnia, exige considerá-la de forma a ser reconhecida e respeitada.

Neste tocante, Schwarcz e Gomes (2018) buscam refletir sobre questões históricas como a escravidão que perdurou por quase quatro séculos no Brasil e prolongou seus efeitos até os dias hoje em seus descendentes, tendo como decorrência a inserção de uma lei que não previa nenhum projeto de inclusão social a fim de redimir desigualdades assentadas e hierarquias naturalizadas, jogando os negros na rua e à própria sorte sem expectativa nenhuma diante desta tal liberdade.

Segundo Almeida (2019), o significado da palavra raça como esta foi criada e difundida explica muito da continuidade por uma luta antirracista até atualmente, pois esta palavra está condicionada ao ato de estabelecer classificação, com a finalidade de colocar distintas categorias entre os seres humanos. A ciência do século XIX legitimou o conceito de raça diante de características físicas e biológicas, já que a pele não branca era relacionada a comportamentos imorais e violentos, que indicavam pouca inteligência. Assim se recomendou evitar misturas de raças, já que o mestiço tendia a ser mais 'degenerado'.

No Brasil, a miscigenação entre nativos e imigrantes europeus tinha como objetivo o embranquecimento da população e o apagamento da raça negra na população brasileira. Segundo Pereira (2013), o Brasil era conhecido por outros países como um paraíso racial diante das relações interraciais (miscigenação), sendo um faz de conta diante da realidade racista no Brasil. Este mito da democracia racial dificulta até hoje a percepção das desigualdades raciais, disfarçando conflitos raciais existentes.

A branquitude na sociedade foi marcada pelo processo de hierarquização, em que a identidade branca tem como garantia privilégios simbólicos constituídos pelo poder estrutural dos colonizadores e assim a degradação da cultura negra. A sociedade é marcada e padronizada pela imposição da cultura europeia do homem branco, que tem sido o modelo e o padrão na sociedade desde a colonização do Brasil. Para Quijano (2005), o espanhol, o português e o europeu não indicavam mais somente procedência geográfica, mas uma conotação racial, em que as relações de dominação impunham os padrões de identidade e a Europa atribuía sua hegemonia pelo controle da cultura e da produção de conhecimento, o eurocentrismo.

Almeida (2019) relata que já no século XX principalmente pós eventos catastróficos para a humanidade como a segunda guerra mundial e o genocídio nazista perpetrado pela Alemanha, a antropologia engajou-se em provar a autonomia de cada cultura e a inexistência de determinações biológicas. No entanto, ainda nos dias atuais a noção de raça constitui fator político para naturalizar desigualdades,

legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociais considerados minoritários, perpetuando, assim, o racismo, o preconceito e a discriminação.

Na tentativa de combater formas de discriminação racial que levaram a humanidade a promover extermínios, o documento Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial foi assinado em Nova York no ano de 1966 e a Constituição Federal do Brasil de 1988 incluem essa temática. Entre os objetivos fundamentais do Brasil, a Constituição brasileira inclui em seu artigo 3º, inciso IV, o "bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação". Na mesma esteira, e em busca de uma educação antirracista, a Lei nº 10.639/2003 alterou as diretrizes e bases da educação nacional (LDB) para incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Assim, incluiu "[...] o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil" (BRASIL, 2003, p. 1). Também, a Lei nº 11.645/2008 alterou a LDB para incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena", incluindo desta forma dois povos importantes para a formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, buscando desta forma o reconhecimento da contribuição desses povos para a identidade nacional.

Esses documentos oficiais são importantíssimos para uma educação pautada nas relações étnico-raciais e uma política de ação afirmativa diante da diversidade brasileira. Mais que uma iniciativa do Estado, é resultado de muita luta do movimento negro em prol da educação. Somente o (re)conhecimento das raízes africanas e da participação do povo negro na construção e desenvolvimento da sociedade brasileira poderá contribuir para a superação de mitos diante de discursos impregnados de um povo africano selvagem e de um povo negro marginalizado.

Nesse contexto, indaga-se: será que esses documentos são debatidos em formações dos docentes e se tem buscado ações efetivas em prol da diversidade étnica e racial existente? E estas discussões conseguem trazer à tona a necessidade de visibilização e reconhecimento da diversidade nas instituições de crianças vivendo e interagindo em um mesmo ambiente? Espera-se poder refletir sobre essas e outras indagações perante os discursos dos docentes a partir das respostas ao questionário desta pesquisa.

2. REFLETINDO SOBRE DISCURSOS DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL PERANTE AS RELAÇÕES ÉTNICO–RACIAIS

O modo como as relações étnico-raciais tem se configurado no interior das instituições de educação infantil comumente silenciando e abafando o diferente revela-se como um tema a ser discutido com profissionais de educação infantil em formações. Ressalta-se que esse silenciamento tem por base o desconhecimento da discriminação étnica e racial (GOMES, 2012). Nesse contexto, é relevante refletir sobre os discursos de profissionais da educação perante a educação para as relações étnico-raciais e a visibilização ou invisibilização de crianças haitianas nas instituições. Para desvelar essas questões nos discursos das profissionais, os seguintes questionamentos foram feitos no questionário: "As crianças haitianas são vistas pelas demais crianças e pela

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 15 | n. 37 | p. 297 – 310 | jan/abr 2021

comunidade educativa como diferentes? Já ouviu algum tipo de comentário ou observou alguma forma de discriminação/preconceito na sala entre os coleguinhas? e "como foi a inserção deles na unidade educativa?".

> *"Nunca ouvi nenhum comentário neste sentido, caso ouvisse, logo iria interferir"*
>
> (Excerto 1, resposta profissional Cristina)

> *"Não. Nunca percebi tratamento diferente".*
>
> (Excerto 2, resposta profissional Suelen)

> *"Nunca ouvi nenhum comentário depreciativo a respeito"*
>
> (Excerto 3, resposta profissional Prof)

> *"Nunca observei nenhum tipo de discriminação em sala com seus pares".*
>
> (Excerto 4, resposta profissional Bianca)

> *"Não observei nenhum estranhamento".*
>
> (Excerto 5, resposta profissional Nanda)

> *"Que eu me lembre não".*
>
> (Excerto 6, resposta profissional Maira)

Os excertos de 1 a 6, bem como a maioria das respostas das profissionais ao questionário, evidenciam que as profissionais parecem não perceber o racismo no interior das instituições de educação, demonstrando com isso, que o mito da democracia racial no Brasil ainda se faz muito presente. Tal achado corrobora Pereira (2013) quando afirma que uma parcela significativa e expressiva da sociedade brasileira ainda compartilha a ideia de viver em uma nação não caracterizada por conflitos raciais abertos.

Historicamente, o mito da democracia racial no Brasil teve sua propagação com a obra de Gilberto Freyre "Casa Grande e Senzala", publicada em 1933. Esta obra moldou o imaginário e a imagem do Brasil, personificando e materializando a miscigenação (negro e branco) diante de uma relação de otimismo na junção dessas duas raças, dando origem ao mulato, tipo este que para Freyre (2005) caracterizaria o Brasil. Para ele, o resultado da fusão harmoniosa de tradições e culturas antagônicas, passando por um processo de equilíbrio e possível ascensão ao mulato, indivíduo mais humanizado e civilizado diante do embranquecimento, ou seja, dissemina a ideia de que a parte branca o salvou da barbárie e selvageria.

Deste modo, o mito da democracia racial vem dificultando a compreensão da existência de desigualdades sociais orquestradas por conflitos raciais até hoje. O negro em sociedade ainda é classificado de forma negativa, desde muito cedo, o que é evidenciado na educação infantil, conforme os excertos 7 a 11:

> *"[...] já ouvi alguns comentários racistas e xenofóbicos como "esses haitianos vem pra cá e tiram as vagas dos meus filhos", "que neguinho bonito", "ele não entende, é haitiano", entre outros".*
>
> (Excerto 7, resposta profissional Bia)

> *"Da parte de alguns profissionais, em muitos momentos não tinham um olhar sensível para entender esta criança. Pois, cada criança tem suas especificidades, assim como a criança haitiana. Muitas vezes o profissional demonstrava certa discriminação, não respeitando a cultura, os hábitos alimentares".*
>
> (Excerto 8, resposta profissional Júlia)

> *"[...] Já vivenciei situações de uma criança negra dizer que é branca por conta que a professora falava que era branquinha feito leite. Uma situação que me assustou por conta de a criança negar sua identidade por conta do que o adulto falava e fazia, em diversas situações pintava os desenhos (com o lápis de cor rose) para que os mesmos assim pintassem, eu enquanto profissional do grupo falava que cada criança tem que se pintar como é, pois disponibilizávamos os lápis com todos os tons de pele. Situações essas que espero não vivenciar mais, até porque a discriminação e o preconceito estão no adulto e no que ele fala para as crianças".*
>
> (Excerto 9, resposta profissional Elisa)

> *"[...]Entre as crianças já ocorreu o fato de duas meninas não quererem brincar com uma criança negra e haitiana, relatando que esta era feia. Então em roda expliquei que cada um tem seu tom de pele, sua cor e suas características e todos somos iguais com suas diferenças".*
>
> (Excerto 10, resposta profissional Ana)

> "*O fato que diferencia o haitiano do brasileiro é a cultura e a língua. Os haitianos são pessoas que os seus corpos vão falar de suas identidades".*
>
> (Excerto 11, resposta profissional Tereza de Benguela)

Os excertos 7 e 8 demonstram a imposição do padrão do homem branco diante de suas características físicas como a estética harmoniosa a ser seguida perante um padrão de branqueamento, assim como a sua cultura eurocêntrica em que o povo europeu desde a colonização impôs sua cultura e conhecimento. Dessa forma, tanto o nativo quanto o haitiano negro considerado etnicamente de cultura inferior são vistos como seres que não entendem, que degradam a cultura imposta e, assim, são invisibilizados, perpetuando a mesma ideia desde a colonização, desconsiderando o dito diferente. Quijano (2005) bem destaca que a ideia de raça passa a fazer sentido com os conquistadores outorgando uma conotação racial, em que as relações de dominação impunham os padrões de identidade, sua cor branca e cultura considerada civilizada e evoluída como modelo. Nesse contexto, diferenças fenotípicas reduziram os negros a uma única identidade racial e colonial considerada negativa.

O excerto 9 evidencia a invisibilização da identidade cultural, racial e étnica das crianças haitianas. Conforme Abramowicz et al. (2006), o profissional da educação precisa ter conhecimento e com isso, elementos para compreender as relações raciais na cultura brasileira e decodificar as práticas discriminatórias produzidas no interior das instituições de educação infantil. No entanto, isso requer revisão de valores e padrões concebíveis pelos profissionais e pela instituição, estando estes longe da identidade de crianças negras, por meio de currículo embranquecido, cultura hegemônica e atitudes e padrões racistas naturalizados e cristalizados no cotidiano escolar.

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 15 | n. 37 | p. 297 – 310 | jan/abr 2021

Gomes (2002) ressalta que as instituições de educação são espaços destinados para além de aprendizagens e partilhas de saberes, mas também para compartilhamento de valores, crenças e hábitos, bem como de preconceitos raciais apresentados em interações sociais negativas. Assim, as identidades são construídas na interação, ou seja, são negociadas por toda uma vida no diálogo interior e com os outros. Nessas circunstâncias, a identidade negra é uma construção social, histórica e cultural repleta de conflitos e diálogos.

Desta forma, a formação docente é lugar privilegiado, não somente diante da importante discussão sobre diversidade, diferença, identidade e relações étnico-raciais, mas também como um lugar para se pensar ações e implementação de proposições que possibilitem novos caminhos em busca do reconhecimento e valorização da identidade étnica e cultural nas instituições. Por ser um lugar de formação e processo educativo, a instituição de educação é um espaço que interfere na construção da identidade negra, podendo fortalecer e valorizar essa identidade ou estigmatizar, discriminar e até negá-la.

Desta forma, Gomes (2003, p. 171) ressalta que

> Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros. Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável quando discutimos, nos processos de formação de professores, sobre a importância da diversidade cultural?

Neste sentido é preciso considerar a importância da articulação entre cultura, identidade negra, diversidade, diferença e educação na formação docente, pois decodificar teorias e conceitos que compõem o currículo embranquecido além de práticas carregadas de estereótipos se faz essencial assim como o diálogo e proposições pedagógicas positivas constantes diante da identidade cultural em sala de aula entre docentes e crianças.

Considerando que as crianças não nascem constituídas de preconceito e discriminação, mas que tais atitudes vão se internalizando mediante interações sociais negativas, o excerto 10 provoca reflexões diante do que seria feio para a crianças. Modelos estéticos relacionados ao bonito e ao belo também são configurados socialmente diante de interações familiares, escolares e até por meio das mídias (ABRAMOWICZ; OLIVEIRA, 2012). E manifestações relacionadas a essa questão merecem a atenção de profissionais da educação, principalmente considerando que uma simples conversa não mudará posturas e padrões presentes no entorno da criança. Faz-se necessário buscar efetivar ações mediante projetos que adotem a diversidade e a diferença em sala de forma contínua. Neste sentido, uma formação docente que contemple toda a rede de ensino pode fazer a diferença em uma real educação voltada para ações antirracistas.

Quando a profissional de educação expõe, no excerto 11, que *"seus corpos vão falar de suas identidades"*, trecho escolhido como título deste artigo, ela evidencia a questão de os haitianos serem negros e com isso, seus corpos, perante sua cor, acarretam o racismo e permitem aflorar estereótipos atrelados à cor, de forma histórica em sociedade, os oprimindo inclusive em instituições de educação quando estas deveriam abraçar as diferenças e diversidades existentes.

Dessa forma, é preciso desvelar e questionar mecanismos que calam e oprimem certo grupo em detrimento de outro. Assim, torna-se essencial privilegiar projetos e práticas que reconheçam e valorizem a diferença. E nesse contexto, investir em formação docente revela-se como potente para preparar os docentes para refletir e trabalhar com a diversidade em ambiente educativo contribuindo assim para a transformação de posturas enraizadas nos ambientes escolares. Pensar na formação docente em uma perspectiva que abrace a diversidade é considerar o Brasil como multicultural e multirracial. Para tanto, o diálogo permanente se apresenta como instrumento indispensável já que o questionamento e decodificação de teorias que compõem o currículo e a prática na sala de aula estão comumente impregnados de preconceitos e estereótipos que calam e omitem os indivíduos que não se enquadram nos padrões culturais impostos, reforçando desta forma a ideologia do embranquecimento centrada numa visão etnocêntrica de mundo, em que a própria cultura dos colonizadores até hoje é concebida como única e correta.

A seguir, os excertos 12 e 13 destacam a inserção de crianças haitianas, demonstrando nas respostas das profissionais uma idealização negativa de imigrantes negros e nativos de um país, empregando estereótipos, assim, perpetuando a invisibilização do diferente perante sua cultura.

> *"As crianças que trabalhei eram muito bravas, quando contrariadas pareciam ficar com muita raiva, gritavam e levantavam a mão para tentar nos bater, aos poucos foram tranquilizando-se e aprendendo a controlar seus sentimentos".*
>
> (Excerto 12, resposta profissional Maira)

> *"De um modo geral, são tranquilos, preferem brincar sozinhos, e por vezes apresentam dificuldade em compreender algumas regras estabelecidas na rotina da unidade".*
>
> (Excerto 13, resposta profissional Sol)

É imprescindível para o profissional de educação compreender que as crianças haitianas vêm de um país com cultura, idioma, tradições e entre outras diferenças inerentes a cada povo, de tal modo que reconhecer, respeitar e visibilizar essa diversidade é essencial para acolher e respeitar o outro como igual em direitos, sendo esta diversidade complementar à formação humana. Os excertos 12 e 13 corroboram a conclusão de Pizzinato e Sarriera (2003) de que é importante refletir sobre a inserção da criança imigrante perante a qualidade de fatores ambientais positivos que a ela são permitidos ou não nos intercâmbios com demais crianças e com os profissionais da educação. A autoestima dessas crianças pode ser abalada significativamente diante de acontecimentos diários que podem ser representados de maneira explicita ou implícita assinalando que seu grupo étnico ou familiar não se enquadra no padrão estabelecido possuindo menor status diante dos demais. Diante desta triste constatação, as crianças reagem de maneira muitas vezes incompreendida pelos profissionais da educação. No entanto, é preciso lembrar que essas crianças estão se inserindo em uma nova cultura, com língua diferente e, assim, regras são muitas vezes incompreendidas por elas.

Desta forma, profissionais da educação precisam reconhecer, visibilizar e se sensibilizar com a diversidade e as diferenças que encontram em sala de aula, pois para

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 15 | n. 37 | p. 297 – 310 | jan/abr 2021

a criança imigrante é de suma importância, para sua autoestima, o modo como sua identidade cultural é reconhecida e valorizada. Assim, destaca-se que a formação dos profissionais atuantes na educação precisa refletir e debater constantemente a diversidade e a diferença para transformações na busca por uma educação antirracista.

Considerar que na educação infantil não existe racismo é ignorar que as instituições educacionais estão atreladas ao racismo estrutural, que se enraíza e se estrutura nos sujeitos de forma tão naturalizada que pode não ser percebido. Segundo Almeida (2019), o racismo transcende o segmento individual, principalmente diante do aparato institucional que controla, determina e impõe regras e padrões que as instituições, como escola, igreja e Estado, resguardam, ou seja, as instituições são a materialização dessa estrutura social que tem no racismo seu elemento natural.

É preciso refletir sobre a história e a cultura afro-brasileira diante da formação e desenvolvimento desta sociedade, conforme determinação da Lei 10.639/ 2003, bem como da cultura educacional diante da educação para as relações étnico-raciais, que não considera a diversidade existente, invisibilizando o diferente. Diante de um padrão homogêneo em instituições de educação infantil, é preciso refletir e considerar a diversidade existente e propor realmente uma educação igualitária e democrática que se proponha ao desenvolvimento integral das crianças perante uma sociedade que abrace a todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, ao reportar um recorte de uma pesquisa de mestrado, procurou discutir o importante papel das instituições de educação infantil como espaço para promover o desenvolvimento integral das crianças, assim como um lugar para construção e efetivação de identidades negras positivas, perante um trabalho de reconhecimento ao diferente e à diversidade étnico-racial existente diante de uma educação antirracista e com base no multiculturalismo.

De tal modo, evidencia-se a necessidade de uma verdadeira transformação nos sistemas de educação mediante um currículo pautado em discursos e ações que visem o reconhecimento da diversidade existente na sociedade e assim, possa efetivamente haver uma mudança nas posturas arraigadas no interior das instituições de educação, que tem um trabalho comumente embasado na manutenção de padrões homogeneizados, diante de um currículo embranquecido e eurocêntrico.

Em busca de uma educação antirracista, destacam-se políticas públicas embasadas nas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que incluem no currículo nacional a história e cultura afro-brasileira e indígena, resgatando a contribuição do povo negro e indígena para a história e desenvolvimento do Brasil, contribuindo assim para a construção de uma identidade positiva a qual historicamente foi vista e tratada como subalternizada.

Na perspectiva de romper com relações de poder estruturais constituídas historicamente na sociedade e na consciência de seus indivíduos, urge-se por políticas educacionais que buscam a garantia de direitos humanos e justiça social, diante da preconização e compreensão de que todos os sujeitos têm direito à sua identidade e, com isso, à diferença. Portanto, é dever das instituições de educação perante uma

CC BY NC SA

instrução formal reconhecer e valorizar a diversidade e as diferenças, pondo assim em prática uma educação para as relações étnico-raciais.

Partindo-se do pressuposto de que as relações étnico-raciais precisam ser evidenciadas, refletidas e trabalhadas cotidianamente na educação infantil de modo positivo, num trabalho voltado à sensibilização e ao reconhecimento da diversidade, as discussões desta pesquisa evidenciaram como principais resultados que: (1) comumente a diversidade e o trato da questão étnico-racial continuam silenciados no interior das instituições, ou seja, as instituições ainda se embasam em uma postura homogeneizadora invisibilizando e abafando o diferente; (2) o silenciamento ao diferente no interior das instituições ainda é confundido comumente por profissionais da Educação como desconhecimento da discriminação racial, quando deveria ser compreendido o mito da democracia racial ainda muito presente na realidade brasileira; (3) as instituições de educação infantil e os docentes carecem de considerar a diversidade cultural existente e reconhecer a sociedade brasileira como multicultural, quando as instituições ainda se solidificam em uma base monocultural, evidenciando a imposição do padrão da cultura europeia e branca no Brasil; e por fim, (4) uma educação antirracista que considere a diversidade precisa viabilizar práticas pedagógicas que abracem a diversidade cultural e a identidade negra em vez de abafá-las e invisibilizá-las. Um possível caminho está numa formação docente contínua que procure sensibilizar os profissionais da educação à pluralidade, considerando a diversidade e as diferenças.

Em suma, os resultados revelam que crianças negras e pertencentes a culturas ditas diferentes do padrão estabelecido ainda são comumente invisibilizadas no interior das instituições por profissionais que não reconhecem a diversidade existente. Assim, é de extrema necessidade formar profissionais que se sensibilizem às diferenças e reconheçam a diversidade cultural e racial existente nos espaços em que ocupam. Da mesma forma, é preciso ampliar esta discussão por meio de outros trabalhos e pesquisas que possam trazer mais subsídios para a construção de uma possível mudança perante esta realidade.

Raído, Dourados, MS | ISSN 1984-4018 | v. 15 | n. 37 | p. 297 – 310 | jan/abr 2021

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; SILVÉRIO, Valter Roberto; OLIVEIRA, Fabiana de; TEBET, Gabriela Guarnieri de Campos. **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana de. As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no brasil: alguns aportes. *In:* BENTO, Maria Aparecida Silva. **Educacão infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012, p. 47-64.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil** (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. **Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Modifica a Lei nº 10. 639/2003 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 6 nov. 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas,** v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 16 out. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. **Aletria,** v. 9, p. 38-47, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912/14702>. Acesso em: 29 jan. 2021.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p.167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf /ep/v29n1/a12v29n1.pdf>. Acesso em: 14 out. 2020.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras,** v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

JAMES, C. L. C. **Os Jacobinos Negros. Toussaint L' Ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

CC BY NC SA

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. O Haiti é Aqui: Sub Imperialismo Brasileiro e Imigrantes Haitianos em Santa Catarina – SC. **Revista Brasileira de Estudos Latino-**Americanos, v. 5, n.1, p. 13-43, 2015. Disponível em ‹http://www.nexos.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/2650/1698›. Acesso em: 22 ago. 2020.

MAINARDES, Jefferson. A ética na pesquisa educação: panorama e desafios pós-resolução CNS nº 510/2016. **Educação,** v. 40, n. 2, p. 160-173, 2017. Disponível em: ‹https://www.redalyc.org/pdf/848/84852464004.pdf›. Acesso em: 19 out. 2020.

MARTINS, Heloisa Helena T de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, 2004. Disponível em: ‹https://www.scielo.br/pdf/ep/v30n2/v30n2a07.pdf›. Acesso em: 16 jun. 2020.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **O mundo negro**: Relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas/Faperj, 2013.

PIZZINATO, Adolfo; SARRIERA, Jorge Castellá. Competência social infantil: análise discriminante entre crianças imigrantes e não imigrantes no contexto escolar de Porto Alegre. **Psicologia em Estudo,** v. 8, n. 2, p. 115-122, 2003. Disponível em: ‹https://www.scielo.br/pdf/pe/v8n2/v8n2a11›. Acesso em: 05 nov. 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCARAMAL, Eliesse dos S. T. **Haiti:** fenomenologia de uma barbárie. Goiânia: Cânone Editorial, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. Introdução. *In:* SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. (org) **Dicionário da escravidão e liberdade**: 50 textos críticos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

Recebido em 30/04/2021
Aprovado em 02/08/2021